

## BOLETIM 130

Brasília, 24 de maio de 2016

# O governo não vai mexer em direito adquirido, diz ministro do Trabalho

*Declaração foi feita durante reunião com dirigentes da NCST, quando Ronaldo Nogueira disse que “o grande desafio é a retomada da empregabilidade”*

“Os compromissos de governo na preservação dos direitos adquiridos serão preservados”. A afirmação foi feita ontem (24), pelo ministro do Trabalho, deputado Ronaldo Nogueira, na sede nacional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), quando foi recepcionado pelo presidente da entidade, José Calixto Ramos, e por demais dirigentes sindicais, entre os quais o presidente da CONTRICOM e vice-presidente da NCST, Francisco Chagas Costa – Mazinho **(fotos)**.

O ministro, depois de agradecer e cumprimentar os presentes, chegou a resgatar sua condição de trabalhador comerciário para afirmar que sua principal missão é “promover as políticas públicas de proteção do trabalhador”. Segundo ele, os trabalhadores serão “partícipes de qualquer adaptação ou mudança que seja apresentada”, acrescentando que “o trabalhador não será traído nem surpreendido pelo seu ministro”.



Ronaldo Nogueira salientou, ainda, que “o grande desafio é inverter a tendência do desemprego, o que esperamos acontecer já no segundo semestre deste ano, pois o Brasil é um país muito rico e precisamos recuperar a empregabilidade”.

Por fim, colocou-se à disposição para discutir os assuntos de interesse do movimento sindical, fazendo uma referência ao Projeto 4330, que trata da regulamentação da terceirização: “Como deputado, votei contra esse projeto, mas precisamos regulamentar essa questão com foco na proteção do trabalhador terceirizado”. E concluiu que já orientou sua assessoria no Ministério quanto à relação com os trabalhadores: “Sindicato, federação, confederação e central sou eu quem recebo”, disse.

**NCST** – O presidente Calixto, por sua vez, antes de abrir a palavra aos presentes, agradeceu a visita, desejou sucesso ao novo ministro e discorreu sobre a história da Nova Central, fazendo uma referência às principais lutas da entidade. “Nós não somos do tipo de fechar estradas, ocupar prédios públicos e colocar fogo em ônibus, mas sabemos defender o interesse dos trabalhadores. Esse é o nosso sindicalismo”.



Calixto manifestou a preocupação da Nova Central com o projeto que trata da renegociação da dívida dos Estados, em razão das limitações que os governos terão para contratar servidores, celebrar os reajustes salariais e promover novos concursos públicos, entre outras medidas que “vão atingir diretamente esses trabalhadores e comprometer a qualidade dos serviços prestados à população”.

O deputado federal Roberto de Lucena, membro da NCST, participou do encontro, ocasião em que ressaltou as qualidades do novo ministro e elogiou a condução da Nova Central pelo presidente Calixto. O parlamentar, após afirmar que “o Ministério do Trabalho foi dilapidado e esvaziado nos últimos anos”, ressaltou que “a nossa principal preocupação é com o desemprego que já atinge mais de 12 milhões de trabalhadores. “O emprego é o melhor programa social que existe, pois dá dignidade ao trabalhador, que precisa ser protegido”, sentenciou.

## Mazinho: construção pode ser a saída para a crise

Mazinho, ao dirigir-se ao ministro Ronaldo Nogueira, fez uma apresentação da CONTRIGOM enquanto entidade representativa dos trabalhadores da indústria da construção e do mobiliário, lembrando que por diversas vezes defendeu junto ao governo “a necessidade de se dar uma atenção especial ao segmento, que pode representar uma saída rápida para a crise de emprego que existe no país”.

O presidente da CONTRIGOM afirmou que “existem no Brasil dois setores que são primordiais, agricultura e construção, pois sem alimento ninguém vive e sem construção a economia não cresce”. Mazinho destacou que “o segmento da construção tem a capacidade de impulsionar toda uma cadeia produtiva, que pode ajudar à retomada do crescimento e a recuperação e geração de empregos diante da grave crise nacional”.

“Os processos de leniência, que foram objeto da Medida Provisória 703 – argumentou Mazinho, poderiam ajudar nesse sentido, mas, infelizmente, o texto enviado ao Congresso Nacional continha alguns vícios e essa medida

expira no próximo dia 29, sem uma solução para o problema”.

O dirigente sindical apelou também ao ministro no sentido de mudar a postura do Ministério do Trabalho “no sentido de dar um tratamento igualitário a todas as categorias e entidades sindicais”, sugerindo, inclusive, que a pasta faça “com urgência, uma recontagem nos dados relativos à representatividade das centrais sindicais, pois há indícios de alguns foram favorecidos em detrimento de outros”.

Mazinho também solicitou ao ministro uma reunião para tratar dos assuntos de interesse da CONTRICOM junto ao Ministério do Trabalho.

**Segurança e saúde do trabalhador** – Presente ao encontro, Jairo José da Silva, secretário da CONTRICOM para Assuntos da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, apresentou ao ministro alguns dados sobre os acidentes de trabalho no segmento da construção, salientando que “não existe no país gestão em segurança e saúde do trabalhador”.

O secretário da CONTRICOM acrescentou, ainda, que “a terceirização não é o caminho para proteger o trabalhador” e defendeu a “necessidade urgente de defender e aperfeiçoar as normas regulamentadoras que tratam da saúde e da segurança no ambiente de trabalho”.

Também presente ao evento, Raimundo Salvador, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília, destacou “o papel da construção para tirar o país da crise” e pediu ao ministro “a defesa da NR-18 como norma importante para a segurança do trabalhador”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



***O companheiro Jairo apresenta documento da CONTRICOM durante reunião do ministro do Trabalho com as confederações nacionais de trabalhadores na sede da CSPB***

## **Confederações nacionais de trabalhadores se reúnem com ministro**

As Confederações Nacionais de Trabalhadores, através do Fórum Sindical de Trabalhadores (FST) também se reuniram-ontem (24) com o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira, na sede da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB, presidida pelo companheiro João Domingos.

Lourenço Prado, coordenador do Fórum, saudou o ministro e fez uma apresentação do FST, abordando três questões que, segundo ele, são importantes para o movimento sindical: a regulamentação das terceirizações, que podem precarizar ainda mais as relações de trabalho; a proposta de prevalecer o negociado sobre o legislado, que as confederações não aceitam; e a necessidade de fazer da Secretaria de Relações do



reunir dirigentes sindicais do setor da construção de todo o país e também de países da América Latina e Caribe.

A grande novidade deste Congresso, com a mudança no Estatuto da entidade, que possibilitou a ampliação da base territorial para o estado de Sergipe, é a criação de duas novas secretarias na FETRACOM-BASE: 2º Vice-presidente e Políticas Sindicais – Sergipe. As novas secretarias serão ocupadas por representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Estado de Sergipe – SINTRACON-SE e o mais novo sindicato filiados à FETRACOM-BASE.

“Este Congresso representa um marco para a FETRACOM-BASE, que amplia sua base para fortalecer a luta dos trabalhadores da construção de duas das maiores cidades do nordeste: Bahia e Sergipe. O estado é referência no país de luta e mobilização em negociações salariais não só para o ramo da construção, mas também para outras categorias”, afirmou Edson Cruz dos Santos, presidente da FETRACOM-BASE.

**CONTRICOM** – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, comparecerá ao evento, como também o secretário geral da entidade, Mirando Vieira, que também é dirigente sindical na Bahia, e o secretário de Finanças, Aroldo Garcia.

Segundo Mazinho, “o IX Congresso Interestadual da FETRACOM-BASE será um marco na história da entidade, que passou a representar também os trabalhadores do Estado de Sergipe. A CONTRICOM sempre estará à disposição para contribuir para o fortalecimento da Federação”.

Miraldo Vieira *(foto)*, por sua vez, afirmou que “os congressos da FETRACOM-BASE sempre foram o espaço mais democrático de decisões dos



trabalhadores e trabalhadoras da indústria da construção no Estado da Bahia e, agora, juntos com os trabalhadores de Sergipe, traçaremos o melhor caminho para o futuro”.

Fonte: Ascom FETRACOM-BASE  
Comunicação CONTRICOM

## Plenário do Congresso aprova mudança na meta fiscal para 2016

O Congresso aprovou na madrugada desta quarta-feira (25) a proposta de revisão da meta fiscal, que passará para deficit de R\$ 170,5 bilhões. No PLN 1/2016 revisado, o governo interino estimou aumento das despesas em R\$ 19,9 bilhões em relação ao que havia sido previsto anteriormente. Já a receita líquida foi calculada em R\$ 1,077 trilhão, uma queda real de 4%. O contingenciamento foi reduzido em R\$ 21,2



bilhões, o montante de R\$ 44 bilhões era previsto pela gestão Dilma. Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, parte das despesas serão descontingenciadas para que os órgãos públicos não deixem de prestar serviços.

*Fonte: Agência Senado*

## Medidas econômicas para conter gastos públicos repercutem no Congresso

As medidas econômicas anunciadas pelo governo interno nessa terça-feira repercutiram no Congresso Nacional. Os governistas aprovaram a iniciativa. O líder do Democratas no Senado, Ronaldo Caiado, acredita que as propostas podem retomar o crescimento econômico.

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima, comentou que a proposta de tirar R\$ 100 bilhões do BNDES vai servir para manter programas.

Já a oposição apontou problemas nas medidas. A senadora do PCdoB, Vanessa Graziotin, criticou PEC, a Proposta de Emenda à Constituição, que limita o aumento dos gastos públicos de um ano a inflação do ano anterior.

O líder da oposição na Câmara, deputado José Guimarães, do PT, disse que as medidas visam cobrir o aumento de déficit apresentado pelo governo interino.

Das medidas anunciadas pelo presidente interino Michel Temer, somente a PEC da limitação dos gastos públicos precisa ser aprovada pelo Congresso.

*Fonte: Portal EBC*

## Meirelles: governo descarta aumento de impostos "no momento"

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira (24) que o governo não está "no momento" contemplando aumento de impostos. Segundo o ministro, o governo vai tomar medidas como a contenção dos gastos públicos para evitar a elevação da carga tributária e poderá reduzir subsídios.

"Em último caso, em algum momento, pode-se temporariamente estabelecer ou propor algum imposto, se for necessário, à frente. Há consenso de que a carga tributária brasileira hoje já está num nível elevado. É importante não sobrecarregar ainda mais a sociedade com impostos", disse Meirelles, durante a entrevista coletiva para detalhar as primeiras medidas econômicas do governo do presidente interino Michel Temer.

Ao anunciar as novas medidas para os líderes da base aliada no Congresso, o presidente interino Michel Temer disse que enviará uma emenda constitucional ao Congresso para limitar gastos públicos. As despesas do setor público, segundo Temer, se encontram em uma trajetória insustentável. "Vamos apresentar a proposta de emenda que limitará o crescimento dos gastos", disse.

Meirelles também destacou, durante a entrevista para detalhar as medidas de contenção do déficit público, que a devolução de aproximadamente R\$ 100 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional faz parte da boa



gestão das contas públicas. “Esses recursos estavam ociosos, causando custo desnecessário. Estamos fazendo uma boa gestão das contas públicas, como mencionou o presidente Temer”, disse Meirelles.

*Fonte: Agência Brasil*

## Crise não pode ser pretexto para flexibilização, afirma Dieese

A crise econômica não pode ser pretexto para medidas de flexibilização, disse nesta terça-feira (24) o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, durante debate com as centrais sindicais sobre alternativas de combate ao desemprego. Ele alertou para a possibilidade de responsabilizar pela crise o próprio trabalhador, devido à baixa qualificação da mão de obra, ou mesmo o movimento sindical, por resistir a mudanças nas leis trabalhistas. "O emprego é resultado da dinâmica econômica", afirmou Clemente, chamando a atenção para a retomada de um antigo discurso, que ele chamou de "ladainha", sobre empregabilidade.

Entre as possíveis ações, o diretor do Dieese lembrou do Compromisso pelo Desenvolvimento, firmado no final do ano passado entre centrais e associações empresariais, contendo diretrizes como retomada da produção e da capacidade de investimento do Estado, e ampliação do crédito para empresas e famílias. "Estamos acabando com um dos setores estratégicos da economia brasileira", observou,

referindo-se à construção civil, diretamente atingida pela Operação Lava Jato. Segundo Clemente, é preciso manter as investigações sobre corrupção, mas permitindo que as empresas mantenham suas atividades.

"O emprego depende fundamentalmente da intensidade da capacidade da produção de bens e serviços", afirmou o professor Paulo Baltar, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), lembrando que o Produto Interno Bruto (PIB) nominal (em reais) cresceu 3,8% de 2014 para 2015, enquanto a inflação foi de 7,9%. "O grau de utilização da capacidade de produção caiu fortemente." Na mesma base de comparação, o consumo das famílias recuou 4% e o do governo, 1%.

"A queda da economia foi se acentuando ao longo do ano", disse Baltar. O nível de emprego, que ainda foi positivo nos primeiros dois trimestres de 2015, caiu nos três períodos seguintes, de forma cada vez mais intensa.

Em 12 meses, o número de desempregados cresceu em mais de 40%, com acréscimo de 3 milhões, para um total superior a 11 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Com isso, jovens e pessoas de baixa escolaridade voltam a pressionar o mercado de trabalho, interrompendo o que ele chamou de sinais importantes de "avanço social civilizatório", agora ameaçado pela crise.

**Renda** - Boletim divulgado pelo Dieese aponta interrupção da trajetória de elevação do rendimento do trabalho, causada pela deterioração do mercado. Do quarto trimestre de 2014 até o primeiro de 2016, o rendimento médio caiu 2,4% e a massa recuou 4,3%. Foram perdidos



quase 1,9 milhão de empregos com carteira, enquanto o trabalho por conta própria aumentou.

"Já começamos a ter, em algumas regiões, a volta do desemprego de longo prazo", afirmou a coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no Dieese, Lúcia Garcia. E o problema atinge também trabalhadores com maior nível de escolaridade: pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, o total de desempregados com nível superior subiu de 6,7%, no quarto trimestre de 2013, para 8,1% em igual período do ano passado. Já os dados da PED, feita pelo Dieese e pela Fundação Seade, mostram que os desempregados com experiência anterior representam mais de 80% do total.

Clemente afirma que, além de retomada da dinâmica da economia, é preciso pensar em políticas de promoção e proteção ao emprego. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), por exemplo, pode ampliar o número de parcelas de seguro-desemprego. Outras medidas podem ser discutidas no Conselho Curador do FGTS e no Conselho de Administração do BNDES, todos com representação dos trabalhadores.

"Não é um problema de curta duração. Levaremos alguns anos para recuperar o nível de emprego de dois anos atrás", diz o diretor técnico do Dieese. É preciso ainda pensar em política industrial, acrescenta, considerando "balela" afirmar que o país tem uma economia baseada no serviços e argumentando que isso não se sustenta sem que haja "base material" proporcionada pela indústria.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Semana da Conciliação Trabalhista espera dar fim a mais de 30 mil ações na Justiça do Trabalho

Está tudo pronto para a Semana Nacional de Conciliação Trabalhista, evento organizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A estimativa é que mais de 30 mil audiências conciliatórias sejam realizadas entre empresas e trabalhadores ao longo da semana, que acontece de 13 a 17 de junho, em todo o país.

Dos processos que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo, cerca de 8.300 serão alvos de propostas de acordos. O número corresponde a 88% da média de processos julgados por ministro no ano de 2015. "Os gabinetes julgaram no ano passado 9.471 processos, em média", observa o vice-presidente do TST e do CSJT, ministro Emmanoel Pereira. "Se todas essas propostas de acordo se concretizarem, em uma semana, resolveremos quase a mesma quantidade do que um gabinete leva um ano para julgar".

O objetivo é que patrões e empregados firmem acordos e solucionem seus litígios trabalhistas, reduzindo o número de processos que abarrotam os tribunais e varas, permitindo ainda julgamentos em prazos mais aceitáveis.

Ao longo do mês de maio, o ministro Emmanoel Pereira recebeu grandes litigantes da Justiça do Trabalho, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Santander, Itaú Unibanco, Vale e Petrobrás, que se comprometeram e entregaram listas dos processos que serão





submetidos a acordos com os empregados. Somadas, as listas ultrapassam 17 mil processos em toda Justiça do Trabalho. Além disso, os Tribunais Regionais do Trabalho continuam recebendo empresas que têm interesse em participar da semana com propostas de conciliação.

**Engajamento nacional** - A II Semana Nacional da Conciliação Trabalhista conta com a participação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e envolverá magistrados, servidores, advogados e partes. A campanha, que ressalta a Justiça do Trabalho como célere e acessível está embasada no conceito de que a conciliação é fruto de um gesto de boa vontade e que todos os envolvidos participam da solução, o que está sintetizado no slogan: "Conciliação: você participa da solução". Em 2015, mais de 26 mil acordos foram firmados, resultando em R\$ 446 milhões em todo país.

*Fonte: TST*

## Quais as verbas rescisórias na despedida sem justa causa?

Quando um empregado é demitido sem justa causa pelo seu empregador, terá direito a receber uma série de direitos trabalhistas, denominados verbas rescisórias.

As verbas rescisórias serão compostas de:

- I - Férias em dobro, simples e proporcionais acrescidas do terço constitucional;
- II - Décimo terceiro proporcional;
- III - Aviso prévio proporcional;

IV - Saldo de salário;

V - FGTS com indenização de 40%

As férias em dobro são aquelas que não foram concedidas no prazo estipulado pela CLT, ou seja, doze meses após o período concessivo. As simples são aquelas que o trabalhador já faz jus, porém por algum motivo não as gozou ainda. E as proporcionais são contadas em 1/12 avos, sendo considerado mês toda fração igual ou superior a 15 dias. O terço constitucional é o acréscimo de 1/3 sobre o valor que o trabalhador receberá de férias.

O décimo terceiro proporcional é calculado sobre a fração 1/12 avos, ou seja, cada mês trabalhado equivale a uma fração de 1/12 avos, sendo assim, se o trabalhou 5 meses, faz jus a 5/12 avos de décimo terceiro salário. Também aqui será considerado mês toda fração igual ou superior a 15 dias.

O aviso prévio é o período de 30 dias que o trabalhador terá que permanecer laborando antes do término do contrato de trabalho. O empregador pode dispensar o empregado do seu comprimento, contudo terá que remunerar todo o período. Se o empregado não quiser trabalhar esse período poderá tê-lo descontado das verbas rescisórias. O trabalhador durante o período do aviso prévio terá direito a laborar 2 horas a menos por dia ou então 7 dias a menos mensais para que tenha tempo de arrumar novo emprego. O Aviso prévio proporcional será acrescido de 3 dias a cada ano trabalhado, podendo totalizar até 90 dias.

O saldo de salário são os dias que foram trabalhados no mês da dispensa. O trabalhador terá direito a recebê-los juntamente com as demais verbas.



O FGTS com indenização de 40% é aquele valor depositado pelo empregador em uma conta vinculada ao trabalhador junto a Caixa Econômica Federal. O valor depositado será acrescido de 40% a título de indenização pela dispensa imotivada. Cumpre salientar, que o trabalhador só poderá sacar o valor referente ao contrato de trabalho que foi rescindo por último, tendo em vista que é muito comum o trabalhador ter mais de uma conta vinculada em seu nome.

Por fim vale ressaltar, sempre que o empregado sentir-se prejudicado ou que está recebendo menos do que deveria, procure um advogado para auxiliá-lo.

*Fonte: Jusbrasil*

#### **AGENDA PRESIDENTE**

##### **FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO**

Dias 26, 27 e 28 de maio, participa, em Salvador (BA) do IX Congresso Interestadual da FETRACOM-BASE.

#### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***

Redação e Edição

***Instituto Dois Candangos (DF)***